

CONCLUSÕES

No estudo da *gestão social dos extremos da água* em três freguesias do Barrocal Algarvio, recorreu-se a diversas áreas do saber num debate inter-disciplinar implicado por um lado pela *unidade do social* (Nunes, 2001), por outro pela relação *homem/natureza* (Alcantud e Cuello, 1995). No campo da Sociologia o diálogo fez-se entre várias sociologias sobretudo entre a Sociologia do Ambiente e a Sociologia Rural. Em complemento, recorreu-se sistematicamente à Antropologia, à Geografia e à História.

A pesquisa partiu de um conjunto de interrogações que foram postas à prova da experiência etnográfica do terreno. A saber: Que características da sociedade do Alto Barrocal se poderão entender através da análise da gestão social da água de rega em período de escassez estival? Qual o papel da rega e do uso da água em comum na afirmação da identidade do Barrocal? Qual o significado da actual forma do uso comum da água quando predomina o valor individualista da água privada? Que resposta é socialmente organizada às situações extremas de escassez e excesso (de água) e suas respectivas contingências?

Para responder a tais questões, façamos para já uma revisão dos capítulos referentes à etnografia:

Capítulo 3 – *A água no ciclo agrícola do Barrocal* – No Barrocal as sementeiras são no geral muito incertas, quer se trate das culturas de sequeiro quer se trate das culturas de regadio nas hortas. Perante as oscilações climatéricas que ocorrem com frequência provocando avanços e recuos nas sementeiras, são diversas as estratégias utilizadas pelos agricultores para gerirem os perigos/riscos que daí advém. Assim, efectuam-se várias sementeiras quer na horta como no sequeiro, dando origem a colheitas temporãs e a colheitas serôdias, tornando assim possível ao agricultor garantir por mais tempo alimentos frescos que ainda hoje ocupam na sua alimentação um lugar importante: legumes (favas, griseús) no *barrocal*, (batatas redondas, feijão-verde, couves, etc.) na *horta*. Para tal, fazendo uso de um apurado sentido de oportunidade, o agricultor joga com o que natureza deixa ao seu dispor: os diversos tipos de solo, as variações do relevo (altas e baixas), a água disponível no subsolo, as características de cada estação do ano, o comportamento premonitório de alguns animais e plantas perante mudanças climatéricas... Dos quais possui um conhecimento profundo, mas tácito, que é estimulado quando se torna necessário o seu uso. São importantes pontos de referência desse conhecimento algumas feiras e festas do calendário anual, assim como determinados fenómenos constantes da natureza.

No que se refere às hortas em concreto, verifica-se a preferência dos agricultores pelas sementeiras do mês de Março, consideradas *mais certas*, por beneficiarem quer da *rega da*

chuva, quer por se livrarem do calor excessivo do Verão, correndo menos riscos no que toca a eventuais faltas de água de *rega de rojo* caso se sequem poços, noras, etc. Porém quando mal conjugadas (*rega da chuva* e *rega de rojo*), o excesso de água acontece na horta, e é tão prejudicial quanto a seca. Daí o controlo apertado sobre as necessidades de água dos cultivos, com as regulares idas dos agricultores à horta. O *jogo de controlo* da água de rega começa com a lavra e respectivo nivelamento do terreno, seguindo-se no acto da sementeira a preparação da terra para *regar de rojo* segundo o sistema de *leiras* ou ao *rêgo*, uma escolha feita em função das necessidades de água específicas a cada tipo de cultivo, da época do ano em que ocorrem as regas e da água disponível na horta. O sistema de rega em *leiras* é o mais minucioso e eficaz em caso de minguagem de água, existindo diversos tipos. No Barrocal, a estética da horta está intimamente relacionada com a poupança da água de rega. Por exemplo, não deixar crescer ervas entre os cultivos, *leiras* bem feitas, adianta na rega e gasta-se menos água. Também a promiscuidade que as caracteriza permite uma gestão eficiente da água de rega; ao mesmo tempo que se maximiza o aproveitamento do espaço da horta, poupa-se em água e tempo dispendido, regando-se ao mesmo tempo vários cultivos que partilham um espaço comum.

Para o agricultor do Barrocal o que melhor define uma horta é a existência de água de rega em abundância. Simbolicamente estes dois elementos da natureza (terra e água) apresentam analogias com a sexualidade humana, expressas nas classificações que os agricultores mais idosos fazem de determinadas práticas agrícolas como é o caso do *sistema de rega em leiras*, nas quais a terra aparece como elemento feminino e a água um elemento masculino. Assim, na lógica da reprodução, a água está para a terra como o homem está para a mulher; em última instância, podemos deduzir a importância do papel da horta enquanto garante da reprodução e sobrevivência humana nesta sociedade. Deste modo, as classificações do mundo agrícola pelos agricultores estão em sintonia com a organização social que integram. *Leira e covate* por exemplo, além de designarem duas situações concretas da prática agrícola tradicional, a primeira respeitante à rega e a segunda ao modo de semear, representam em outros campos da esfera social unidades de medida (de superfície e profundidade respectivamente): um ex-emigrante ao mencionar o pequeno terraço que possui no apartamento em Loulé utilizou a expressão “*é do tamanho de uma leira*”; por seu turno, uma idosa para se referir à pouca profundidade do seu furo, comparou-o a um ‘*covate de batatas*’.

Capítulo 4 – “*Viver dentro das hortas*” – Através do estudo da gestão social da água de rega de uso comum no *Regadio do Nascente*, freguesia de Salir, procurou-se especificar algumas dimensões da sociedade rural onde está inserido. A observação de processos sociais como a rivalidade, o conflito, a cooperação e a solidariedade, permitiu-nos compreender como os regantes em questão gerem as situações de excesso ou míngua de água de rega mantendo ao mesmo tempo uma boa relação entre si, sem contudo prejudicar a respectiva horta.

Ao contrário das hortas localizadas nos quintais das casas, as hortas deste regadio colectivo incitam à sociabilidade. Por um lado, aceder-lhes para regar ou ir à água para beber, exige a circulação de pessoas pelos campos tornando inevitável o encontro entre elas. Por outro, o uso comum da água de rega obriga ao relacionamento inter-pessoal, não só pela partilha da água como pela partilha de infra-estruturas. Deste modo, enquanto local de efervescência social, o estudo da organização deste regadio permitiu compreender processos sociais cujas características podem extrapolar-se para outros contextos da vida social na sociedade rural em estudo. Tendo ainda sido possível percepcionar mudanças conjunturais a que esta sociedade esteve sujeita ao longo de todo o século XX até à actualidade. O *Nascente* esteve sujeito a continuas readaptações no que se refere à área regada, aos cultivos semeados e regime de exploração da terra adoptado. De facto, o estado de conservação e tipo de funcionamento de determinado regadio colectivo num momento dado reflecte a sociedade onde está inserido. Neste sentido, conforme foi avançado no capítulo anterior, podemos considerar *a rega como um facto social total* (Wateau, 2000).

Eis alguns domínios da vida social local (interligados entre si) percepcionados através da organização do regadio do *Nascente*: (1) Relacional – Nas hortas do *Nascente* ou a caminho delas, vizinhos e parentes trocam entre si cumprimentos, preocupações, novidades, afectos... Sabe-se de enterros, casamentos, divórcios... transmitem-se saberes agrícolas. E para quem observa apercebe-se do tipo de relacionamento que dentro e fora do regadio se estabelece entre eles. De acordo com a genealogia de parentesco efectuada para os actuais regantes do *Nascente*, a sua quase totalidade são parentes, alguns até em grau muito aproximado (pai e filho, irmãos, primos, cunhados); no entanto, as suas posições no regadio não decorrem de um processo de transmissão de terras, mas de aquisição e arrendamento. O que significa que houve um factor de escolha explícita em ir para ali, e quando interrogados sobre isso, estas pessoas argumentam que, regressados do ciclo migratório, fizeram-no porque por um lado já eram lá residentes, por outro a qualidade das terras justificava-o. O que nos leva a pensar que o acesso ao binómio terra/água foi conduzido mesmo que não consciente ou

intencionalmente pela mesma lógica de parentesco que já estava em parte expressa nas anteriores vizinhanças residenciais. É como se o estatuto de co-regante rematasse uma propensão para fazer coincidir a proximidade familiar e residencial, propensão esta que muito provavelmente exprime uma lógica de coerência territorial e ecológica através da qual se manifesta uma lógica de parentesco ainda que não absolutamente reconhecida pelos co-regantes; (2) Económico-social – A agricultura nestas pequenas hortas do *Nascente* afigura-se-nos hoje uma actividade praticada sobretudo por uma população reformada, ex-emigrante, com ligações profundas à terra e ao mundo rural, mas que deixou de depender da agricultura para sobreviver. A degradação das infra-estruturas reflecte ainda a menor dependência dos agricultores face à água de rega em comum, ao disporem de águas próprias; (3) Jurídico – A ausência de regras rígidas e a flexibilidade que sempre caracterizou o funcionamento do regadio do *Nascente* até à actualidade está, a nosso ver, por um lado estritamente relacionada com a pluriactividade económica em que sempre viveram estas populações; por outro lado, a indeterminação da propriedade da água parece ir no mesmo sentido, portanto a proveniência da água de rega condiciona o tipo de partilha; (4) Tecnológico – Dado que as levadas do *Nascente* seguem dois fins opostos, sendo ao mesmo tempo canais de rega e de drenagem, as tensões sociais podem advir da minguia ou do excesso de água que aí circula, ocorrendo preferencialmente entre os regantes localizados a jusante e os localizados a montante. Deste modo, o próprio sistema tecnológico do regadio aliado à incerteza meteorológica que ao Algarve está associada, é gerador de conflitos que a propriedade individual da água de rega tenta evitar; (5) Simbólico – Apesar de a posse de uma horta junto à casa no quintal ser hoje a regra, a antiga zona de hortas do *Nascente* continua a cultivar-se. Parece mesmo existir um limite mínimo do número de regantes relacionado com a preocupação em manter o regadio activo, assegurando a sua manutenção mínima. Por outro lado, além dos regantes habituais, há quem, mesmo não semeando naquelas hortas não deixe de as lavar para não permanecerem ao abandono, pela “*vergonha*” e perda de prestígio social que isso pode representar.

Retomando a questão de como gerem os regantes do *Regadio do Nascente* situações de excesso ou minguia de água de rega mantendo ao mesmo tempo uma boa relação entre si, sem contudo prejudicar a respectiva horta. Na realidade, o relacionamento entre regantes no *Regadio do Nascente* não é de todo pacífico, embora a diminuição drástica do número de utilizadores nas últimas décadas tenha reduzido para o mínimo o conflito social decorrente dos *cortes de água*. Quando o número de regantes atingia as duas centenas, e o tamanho das parcelas de terra era tão variável quanto exígua, estipular dias e horas de rega para cada um

mostrava-se uma tarefa praticamente impossível; em contra partida, actualmente, o número reduzido de utilizadores dispensa qualquer organização rígida da rega. Assim, não existindo qualquer documento escrito respeitante à rega, apenas o princípio verbal de “*quem primeiro chega, primeiro rega*” devendo respeitar-se a ordem de chegada de cada regante à horta, a flexibilidade de horários daqui decorrente permite, à semelhança de antigamente, uma melhor conciliação entre a manutenção da horta e a execução de outros serviços. Portanto nada impede determinada pessoa de ir regar fora do dia do costume, o máximo que lhe pode acontecer é ter que esperar para regar, não surgindo qualquer mau estar entre regantes. Também, a manutenção das levadas (limpeza e arranjo) segue uma lógica semelhante, não existindo acordos de cooperação cada regante procede segundo os seus interesses individuais. É precisamente a ausência de regras rígidas no que concerne a horários de rega estipulados, assim como a ausência de compromisso no que toca à manutenção conjunta das levadas, que possibilita um melhor entendimento entre os diversos utilizadores do Regadio em questão, não havendo lugar para exigir o que não está pré-definido. O estudo de Pedro Prista em 1993 a propósito da gestão da água de rega nas *Hortas de Ribeira da Benémola* (com localização na área em estudo) vai no mesmo sentido, referia este autor que “*quanto mais definido era o direito de água mais tensa era a relação entre regantes*” (Prista, 1993:136). Por outro lado, a flexibilidade na gestão das regas ao permitir a ocorrência do desvio/transgressão de um modo socialmente aceite, ou pelo menos tolerado, dado que o confronto directo com estas situações é (quase sempre) evitado, vai permitir ao transgressor não colocar em causa futuras cooperações com os outros regantes quer no *Nascente* como em outros domínios da esfera social e vice-versa.

Capítulo 5 – “*Há sempre quem cultive*” – Iniciando o capítulo com a descrição dos regadios existentes ao longo da Ribeira das Mercês, em seguida detalha-se um episódio de torrencialidade vivenciado pelos agricultores em finais do ano de 2005 – a cheia de 20 de Novembro –, cujo acompanhamento nos permitiu observar os trabalhos de recuperação em três hortas distintas, afectadas de diferentes modos. Apesar dos prejuízos nas hortas, a reacção desses agricultores foi mais de alívio do que de desespero dado o quadro recente de seca e da frequência dos incêndios ocorridos nas redondezas. A penosidade dos arranjos empreendidos nestas hortas, os custos de tempo e dinheiro que envolveram, e a insistência em os arranjar, demonstram bem a importância que estas ainda têm para os seus actuais proprietários. Nesta sequência, numa segunda parte deste capítulo, especificam-se detalhadamente as motivações das gentes do Barrocal para continuar a cultivar, reportando-nos para tal a toda a área alvo do

presente estudo, do *Almarginho* de Salir, ao *Almarjão* de Querença, passando pela freguesia de Tôr. As motivações actualmente apontadas para continuar a cultivar vão no sentido da importante função de integração social que a horta ainda sustenta. Por fim, a comparação da horta a um jardim, feita pelas populações do Alto Barrocal, remete sobretudo para a presença de água neste local, cuja poupança está estritamente relacionada com a estética da horta, e esta última próxima da ideia de jardim.

Feita a revisão dos capítulos podemos agora retirar algumas conclusões gerais.

Para além do sentido estritamente utilitário da cultura da água para assegurar boas produções agrícolas, e de outras razões apontadas pelas pessoas que explicam o apego e a intimidade de transmissão de saberes sobre a água, verifica-se que uma cultura da água continua a ser muito oportuna. Pois mesmo que as pessoas não queiram semear, a água é um factor importantíssimo de valorização dos *sítios* tanto no simples plano residencial como no da conservação da natureza e dos recursos naturais em geral. Por outro lado, em regime torrencial há que garantir sistemas de segurança cuja estrutura encontra nos regadios um sólido contexto de transmissão. O regime torrencial é um regime excessivo e incerto que inspira o sistema de regras de cautela e preservação, útil nos sistemas de respostas à incerteza e instabilidade em outras dimensões da vida social. A sociedade mantém-se atenta aos sistemas de resposta à seca e à cheia, porque não está certa de o mundo de hoje oferecer condições para dispensar o conhecimento e meios de resposta à incerteza e ao risco. Esses meios de resposta à incerteza e aos riscos do regime torrencial são transmitidos através de uma cultura de regadio, que corresponde a uma cultura da água. Assim, a horta é o fulcro de uma cultura da água atenta aos excessos, daí haver muitas sementeiras que são provavelmente um acto de prudência para não deixar esquecer como se faz e através disso como se lida com a seca e o excesso de água. O que faz dela (a horta) um dos maiores valores patrimoniais do Alto Barrocal Algarvio.

Foi objectivo geral da presente tese estudar o modo como no Barrocal Algarvio se constrói uma cultura da água a partir das práticas hortícolas em função de regimes extremos da água, seca e torrencialidade. O trabalho de campo e o acompanhamento das culturas ao coincidirem com um ciclo em que se fechou um período de seca extrema com uma situação de torrencialidade devastadora, permitiu não só compreender os recursos culturais mobilizados para dar resposta a uma situação e a outra como também identificar a persistência das práticas hortícolas pela sua inerência a todo o sistema de vizinhanças envolvido neste terreno.

Apesar da actual situação corresponder já a uma fase muito restringida da ocupação hortícola deste território, a população residente continua nele em número significativo e encontra nas suas práticas agrícolas uma forma de comunicação e de representação coerente da sua vida em comum naquele lugar, o *sítio* não é pois uma mera abstracção onde se elegem habitação, para além do lugar de residência ele é também um modo de vida e o cruzamento das suas vizinhanças, a residencial e a hortícola tecem-se sobre a malha de uma memória comum genealógica e não só.

Assim, a perpetuação dos regadios não pode ser vista a partir da lógica produtiva agrícola mas antes da lógica produtiva social. A óbvia utilidade de conservar cultivadas as hortas exige uma razão social que a complementa. E neste caso essa razão social tem a sua chave no regime de uso comum do recurso água de rega. Este uso comum do recurso água é tanto mais eficaz quanto ele raramente assenta sobre uma rotina tranquila, as variações bruscas entre seca e torrencialidade põem à prova um registo tácito assente em técnicas de previsão, em diversificação de sementeiras e numa grande maleabilidade de direitos e deveres centrada num individualismo minimalista. Este individualismo minimalista coloca todo o regime de gestão social da água no plano dos deveres informais de decência, de conduta entre vizinhos tanto de horta como residenciais que se conhecem de longa data, que são também parentes muitas vezes, e que se sabem afins pela prolongada presença naquele território e pela partilha de um modo de vida muito semelhante. Assim, a uma aparente carência de regime formal de regulação das águas comuns corresponde a constante actualização de figuras de relacionamento social que se centram justamente no interesse que todos têm em dispor de acessos e meios de utilização da água de rega.

Seca e torrencialidade aparecem no terreno como situações extremas, mas também como regra. O facto de serem extremas não as torna catastróficas no sentido em que a ruptura que a catástrofe trás aos quadros habituais parece tornar o mundo irrecuperável. Toda a cultura destas hortas, baseia-se numa cultura da água, onde a regra é a alternância entre exageros e não uma regularidade com desvios excepcionais, daí ser tão importante a previsão do tempo e, através dele, a antevisão das disponibilidades em água, para o ciclo agrário seguinte, daí o sistema tão compósito de cultivos e variedades que permitam colheitas, mesmo em situações extremas de excesso ou carência de água, daí o modo aparentemente desregulado de acesso à água para rega, desregulação essa que só o relacionamento social local vem regular, como se não se tratasse de água mas sobretudo de vida em comum,

territorialmente situada. A regulação social é toda ela tácita, o que não quer dizer inexistente, mas implícita, cuja observação apenas se evidencia com o sistema a funcionar.

A cultura de regadio no Barrocal Algarvio integra os conceitos de seca, de torrencialidade, incerteza... Aqui, o que de facto é perigoso é ter-se a sensação de tudo estar assegurado e de haver uma regularidade. Assim, socialmente, o único e verdadeiro perigo, é esquecer o risco.